



Observatório
SOCIAL DO BRASIL
PARÁ DE MINAS | MG

EQUIDAD Y SOCIEDAD

SISTEMA OSB ganha o Prêmio Internacional de transformação social do LATAM Smart City Awards MÉXICO - 2019

OSB PARÁ DE MINAS EM AÇÃO – PRINCIPAIS ATUAÇÕES EM 2019

Mantendo o monitoramento permanente no poder público municipal – Prefeitura e Câmara – o Observatório Social de Pará de Minas (OSB) se prepara para encerrar o ano de 2019 com muitas conquistas em favor da população. São ações importantes, totalmente apartidárias, impulsionadas pela verdadeira cidadania que ganha fôlego com apoio de voluntários, empresas e instituições que acreditam na capacidade de, juntos, tornarmos melhor a comunidade à qual estamos inseridos.

R\$3,5 MILHÕES - este é o montante que o OSB já conseguiu economizar para o município, através de suas intervenções junto ao poder público. Ganha a sociedade, ganham os cidadãos.

INTERVENÇÕES JUNTO À PREFEITURA MUNICIPAL

CONCURSO PÚBLICO PARA VIGIAS

Meses depois da realização do concurso público, com oferta de vagas para a função de Vigia, o OSB identificou contratações de profissionais que não se encontravam na lista dos aprovados, mesmo após a homologação do mesmo. A Prefeitura informou que a situação estava sendo regularizada. No entanto, o OSB encaminhou novo ofício solicitando informações complementares e a resposta foi de que está em tramitação na Câmara um projeto de lei visando regularizar a situação.

ÓLEO LUBRIFICANTE INDIVIDUALIZADO

Informação publicada pela Prefeitura anunciou despesa de R\$189.318,60 em óleo lubrificante para utilização em um único caminhão. Com base nesses números, o OSB calculou a quilometragem rodada e concluiu incompatibilidade com o gasto. O esclarecimento veio da Secretaria de Obras, justificando que o valor se referia ao consumo de lubrificantes de toda a frota municipal. Para que se tenha maior e melhor controle, o Observatório solicitou lançamentos individualizados e o

município acatou o procedimento proposto.

MANUTENÇÃO X MOTOS NOVAS

A despesa elevada de R\$145.797,29 na manutenção de 19 motocicletas de propriedade da Prefeitura de Pará de Minas, ao longo de doze meses, levou o OSB a solicitar informações detalhadas. A Prefeitura respondeu que os reparos foram decorrentes do uso e desgaste das motocicletas, mas o OSB insistiu na discordância dos números, apresentando um levantamento minucioso da situação. Diante disso, o município se comprometeu em apurar a situação e a nova realidade mostra redução de mais de R\$40 mil nos gastos em comparação com o mesmo período de 2018.

GASTOS ELEVADOS NA MANUTENÇÃO DE CAMINHÃO?

Números assustadores: segundo informação publicada no Portal da Transparência, a Prefeitura de Pará de Minas teria gasto R\$111.680,00 só com o “suporte traseiro” de um caminhão Mercedes Benz, fabricado em 1977. O OSB questionou o valor e o

município comprovou, através de vasta informação, que houve erro de digitação.

CÓDIGO DE DEFESA DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO

Em vigência a partir de junho deste ano, o Código de Defesa do Usuário de Serviço Público (Lei nº 13.460/17) precisa ser implementado no município, por isso o OSB solicitou informações a respeito. Mas enquanto a resposta não chega, já é possível verificar mudanças no Portal da Transparência, como a inclusão da carta de serviços aos usuários, detalhando os serviços públicos prestados e em quais locais.

DOCUMENTOS DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO

Depois de três tentativas frustradas, já que a concessionária Águas de Pará de Minas não liberou informações sobre os seguros obrigatórios que devem ser mantidos em favor do município e dos consumidores, o OSB recorreu ao Ministério Público, solicitando providências. A resposta chegou sete meses depois, através da Agência Reguladora dos Serviços de Água e Esgoto de Pará de Minas (Arsap), que recebeu as informações e as repassou ao Observatório Social. Através de cópias de inúmeros arquivos eletrônicos, ficou comprovado que a empresa tem cumprido o contrato firmado com o município.

PESQUISA VAI MOSTRAR A REALIDADE DOS REPRESENTANTES

Confirmando a intenção de acompanhar ativamente as eleições municipais de 2020, o Observatório Social de Pará de Minas está se estruturando para dar o primeiro passo na conscientização dos eleitores sobre a importância do voto bem pensado. A mobilização será iniciada com uma pesquisa de campo junto aos eleitores, a fim de apurar o nível de conhecimento deles a respeito do papel do prefeito e dos vereadores. A partir dos resultados, o OSB pretende iniciar uma série de movimentos rumo à percepção mais apurada da importância do voto.

INTERVENÇÕES JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL

OSB COBRA PAPEL DO VEREADOR

Representantes do OSB cobraram atuação dos vereadores no acompanhamento da destinação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP) e as excessivas horas extras de alguns servidores na Prefeitura. No momento, o Observatório aguarda informações sobre as medidas que os vereadores asseguraram que iriam tomar.

HISTÓRIA QUE NÃO VIROU LIVRO

Por meio de inexigibilidade, a Câmara Municipal anunciou a pretensão de contratar dois profissionais para pesquisa e produção de textos sobre sua história. O OSB chamou atenção para o fato de um deles ter laços conjugais com uma servidora que, inclusive, fazia parte da equipe responsável pelas licitações do Legislativo. Além de ferir os princípios constitucionais da moralidade e impessoalidade, a iniciativa excluiu outros profissionais de grande experiência na área. Enquanto a Procuradoria Jurídica da Câmara analisava as ponderações, os dois profissionais desistiram do contrato.

CONTRATAÇÃO DE RECEPCIONISTA

O OSB acionou o Ministério Público para tratar da pretensão da Câmara em terceirizar o serviço de recepcionista, pelo valor mensal de R\$ 5.256,00. Foram apresentadas várias considerações, especialmente no que se refere ao fato de a Câmara ter transformado em abril deste ano, o cargo de Recepcionista em Agente Executivo para, no último mês de agosto, anunciar a terceirização da função.

EMENDA IMPOSITIVA

O OSB está liderando um movimento na cidade pela rejeição do projeto de lei que tramita na Câmara, com a proposta de emenda à Lei Orgânica, visando a instituição do orçamento impositivo, sob o entendimento de que o assunto é de competência da Prefeitura. Por coincidência, logo depois da manifestação local, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) suspendeu a execução das emendas parlamentares em Divinópolis, em situação semelhante à que está sendo proposta em Pará de Minas.